

Larissa Ambrosano Packer

**NOVO CÓDIGO
FLORESTAL
&
PAGAMENTOS POR
SERVIÇOS AMBIENTAIS**

Regime Proprietário sobre os Bens Comuns

Curitiba
Juruá Editora
2015

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

Revisor: André Luiz Barreto Azevedo

ISBN: 978-85-362-4953-7

JURUA
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Packer, Larissa Ambrosano.

P241 Novo código florestal & pagamentos por
serviços ambientais: regime proprietário sobre
os bens comuns./ Larissa Ambrosano Packer./
Curitiba: Juruá, 2015.
268p.

1. Direito ambiental. 2. Florestas – Legislação. I. Título.

CDD 342 (22.ed.)
CDU 342.951

000468

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Capítulo 1 – TUTELA CONSTITUCIONAL E LEGAL DO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO E SUAS FUNÇÕES ECOSISTÊMICAS COMO DIREITO FUNDAMENTAL DE NATUREZA DIFUSA	37
1.1 O Bem Jurídico Ambiental e sua Natureza Jurídica	37
1.2 O Art. 225 da Constituição Federal e o Direito Humano Fundamental ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado	41
1.3 A Conceituação Jurídica do Bem Ambiental na Legislação Infraconstitucional Brasileira.....	55
1.4 Os Regimes Jurídicos Especiais de Controle do Uso e Circulação dos Bens Ambientais: Água e Biodiversidade.....	61
Capítulo 2 – FORMA PROPRIEDADE SOBRE OS COMUNS: INCENTIVOS POSITIVOS E INSTRUMENTOS DE MERCADO PARA INDUZIR O CUMPRIMENTO DA NORMA AMBIENTAL	73
2.1 A <i>Forma dos Incentivos Positivos</i> e a Natureza Jurídica dos Serviços Ambientais	81
2.2 Da Transição do Regime Jurídico dos Bens Naturais e Funções Ecosistêmicas <i>De Uso Comum do Povo para Bens Dentro do Comércio</i>	93
2.3 Regime de PSA para uma Tutela Civilista e Patrimonialista do Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado.....	96
Capítulo 3 – INCENTIVOS POSITIVOS E PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NO NOVO CÓDIGO FLORESTAL	99
3.1 Compensação pelas Medidas de Conservação Ambiental Necessária para o Cumprimento dos Objetivos desta Lei (Art. 41, Inc. II)	106

3.2	Pagamentos por Serviços Ambientais (Art. 41, Inc. I)	116
3.3	Inserção das Áreas de Proteção Legal como Adicionalidade nos Mercados Nacional e Internacional	123
3.4	Pagamentos por Serviços Ambientais e as Implicações Fundiárias sobre o Regime de Aquisição de Terras por Estrangeiros e Sobre as Terras Públicas e Indígenas	127
Capítulo 4 – REGULAMENTAÇÃO DOS PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NA LEGISLAÇÃO INFRA-CONSTITUCIONAL		133
4.1	O PL 792 de 2007 e Apensos: Institui a Política Nacional de PSA.....	135
4.2	Cláusulas Essenciais dos Contratos de Pagamentos por Serviços Ambientais.....	139
4.3	Experiências de PSA no Brasil: Três Tipos de Programas em Desenvolvimento	147
Capítulo 5 – TÍTULOS SOBRE OS COMPONENTES DA NATUREZA E A CONSTRUÇÃO DE MERCADOS TRANSAÇIONÁVEIS DE DIREITOS		157
5.1	Créditos de Carbono no Novo Código Florestal e no Ordenamento Jurídico Nacional	166
5.2	A Cota de Reserva Ambiental no Novo Código Florestal	186
Capítulo 6 – INCONSTITUCIONALIDADES DA APLICAÇÃO DE INCENTIVOS POSITIVOS, PSA E MECANISMOS DE MERCADO SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS BENS COMUNS AMBIENTAIS		197
6.1	Da Violação ao Sistema Público Constitucional de Proteção ao Bem Ambiental de Uso Comum do Povo (Art. 225 CF)	199
6.2	Da Violação à Dimensão Ecológica do Princípio da Função Social da Terra Rural.....	209
6.3	Da Violação ao Princípio da Isonomia e Igualdade entre os Administrados.....	217
6.4	Vedação Constitucional de Financiamento Público a Atividades Ilícitas	221
6.5	Das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) no Supremo Tribunal Federal Face ao Novo Código Florestal.....	223
CONCLUSÃO		235
REFERÊNCIAS		249
ÍNDICE ALFABÉTICO		253